

Nota Informativa

Edição 025/2025

DESTAQUES

Empresas com programas de integridade terão vantagem no desempate em licitações públicas

Silas Câmara vê PL 4.691 como caminho para unir direita e esquerda na regulação da Internet

Sem dinheiro, Finep suspende financiamentos à inovação

Brasil e União Europeia reforçam cooperação em governança digital e reafirmam seus marcos de legislação na área digital

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Loterj suspende apostas esportivas fora do Rio de Janeiro após determinação do STF

Cert.br lança jogo para ensinar crianças sobre segurança online

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Tarifas de Trump terão impacto limitado nas exportações, diz Fazenda

Fazenda reduz projeção do PIB 2025 para 2,3% e vê inflação em 4,8%

JUDICIÁRIO

Dino autoriza operação que apura desvio de emenda parlamentar

ORÇAMENTO

Após bloqueio, solução para emendas deve passar por ministérios e reforçar papel do governo na negociação de verbas

POLÍTICA

Presidente do Senado se compromete em ajudar governo 'em tudo', após Lula entregar

promessas no Amapá

Hugo Motta afirma que comissões serão definidas após o carnaval

PL quer presidir 6 comissões em 2025: "Não abrirei mão", diz líder

Presidente da CPI das Bets defende melhor identificação de apostadores

Sidônio encomenda campanha de balanço de Lula 3 sem comparativo com gestão Bolsonaro

DESTAQUES

Empresas com programas de integridade terão vantagem no desempate em licitações públicas

Poder Executivo | 13/02/2025 – 13h19min

Fornecedores de bens e serviços para a administração pública já podem declarar no sistema Compras.gov.br se desenvolvem programas de integridade. Essa informação será decisiva como critério de desempate em licitações realizadas pelo governo, conforme determina o [Decreto nº 12.304/2024](#). A medida tem o objetivo de incentivar a ética e o combate à corrupção nas contratações públicas. A nova funcionalidade já está no ar desde o início do mês. Licitantes que desenvolvem programas de integridade e que atendam aos requisitos previstos no decreto poderão se beneficiar deste critério de desempate, de forma simples. Para isso, basta selecionar o campo de declaração no momento de cadastro da proposta pelo [Compras.gov.br](#). Depois, na fase de habilitação, os fornecedores mais bem classificados e que utilizarem esse critério de desempate devem apresentar documentos que comprovem a situação, conforme um modelo específico que será definido pela Controladoria-Geral da União (CGU). Fonte: ASCOM MGI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Silas Câmara vê PL 4.691 como caminho para unir direita e esquerda na regulação da Internet

Poder Legislativo | 12/02/2025 – 22h

Após a sinalização feita pelo ministro Alexandre Padilha, das Relações Institucionais, de que o [Projeto de Lei 4.691/2024](#) será o caminho escolhido pelo Poder Executivo para propor modelos de regulação para as plataformas digitais, o deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), autor do projeto e presidente da Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados, disse que já recebeu mais de 50 ligações de parlamentares pedindo a relatoria da matéria. Padilha deu as declarações ao apresentar ao Congresso Nacional a "Agenda União e Reconstrução 2025", na quarta, dia 12. A este noticiário, Silas Câmara disse que ficou sabendo do apoio do governo à proposta pela imprensa, e que até o momento ainda não recebeu nenhuma ligação do Palácio do Planalto para discuti-la. "Não fui contactado por ninguém. O Palácio não me comunicou nada, tudo o que eu ouvi foi por notícia. Portanto, eu estou no mesmo status desde que o apresentei", informou. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Sem dinheiro, Finep suspende financiamentos à inovação

Poder Executivo | 13/02/2025

A Financiadora de Estudos e Projetos, vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, suspendeu financiamentos à inovação no modelo de crédito descentralizado por falta de orçamento. Segundo um ofício do MCTI, "considerando o alto volume de projetos contratados nos últimos dois dias, informamos que o limite de recursos estabelecido para 2025 foi atingido em tempo recorde". A medida provocou uma enxurrada de demandas de esclarecimento à Finep, que divulgou uma nota oficial para reforçar que a decisão se deu por falta de recursos disponíveis e que depende de definições para uso do FNDCT e da votação do Orçamento pelo Congresso Nacional. "Em resposta às recentes solicitações de

esclarecimento relacionadas à suspensão temporária das operações de crédito descentralizado, a Finep primeiramente reafirma o compromisso com o fomento à inovação no país e reitera o interesse em retomar e ampliar os recursos destinados para essa modalidade. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil e União Europeia reforçam cooperação em governança digital e reafirmam seus marcos de legislação na área digital

Poder Executivo | 12/02/2025 – 20h06min

O governo brasileiro e a União Europeia reafirmaram seus marcos de legislação na área digital, durante a 13ª Edição do Diálogo Digital bilateral. O encontro ocorreu na quarta-feira, 12 de fevereiro, em Bruxelas, capital da Bélgica. Com base na sólida Parceria Estratégica Brasil - União Europeia, foi aprovado o Plano de Trabalho bilateral na área digital para o biênio 2025-2026, contemplando os segmentos de conectividade, plataformas digitais, inteligência artificial, governança e economia de dados e governo eletrônico, entre outras. Em comunicado conjunto divulgado pelo Brasil e pela União Europeia, ambas as partes reafirmaram o compromisso de promover o desenvolvimento digital significativo e de facilitar um ambiente favorável à inovação na área digital, bem como de preservar princípios democráticos e direitos humanos. O documento ressalta que a 13ª Edição do Diálogo aconteceu em um momento crítico, marcado por avanços rápidos sem precedentes em tecnologias digitais, em particular da Inteligência Artificial (IA) e de plataformas digitais, com potencial transformador e desafios regulatórios e preocupações éticas associados. Fonte: ASCOM SECOM

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Loterj suspende apostas esportivas fora do Rio de Janeiro após determinação do STF

Poder Executivo | 13/02/2025 – 10h48min

A Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj) suspendeu na quinta-feira, 13, seus serviços de apostas esportivas fora do estado. A medida atende a uma decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), em um processo movido pela Advocacia-Geral da União (AGU). O órgão ordenou que as empresas credenciadas encerrem imediatamente a exploração das apostas fora do Rio de Janeiro. Só poderão funcionar as bets que comprovarem que operam no estado, por meio de ferramentas de geolocalização. A decisão foi publicada no Diário Oficial fluminense na quinta-feira, 13. Como mostrou a Coluna do Estadão no dia 24, o ministro André Mendonça manteve a decisão que proibiu a Loterj de operar fora do Rio de Janeiro, sob pena de multa diária de R\$ 500 mil ao órgão. O presidente da Loterj também seria multado em R\$ 50 mil por dia em caso de descumprimento. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Cert.br lança jogo para ensinar crianças sobre segurança online

Poder Executivo | 12/02/2025 – 18h04min

Para que as crianças e adolescentes possam aprender, de forma lúdica, sobre como usar a internet de forma segura, o Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (Cert.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), desenvolveu o jogo de tabuleiro Segurança Online. Fácil de brincar, ele está disponível gratuitamente no site da entidade e pode ser utilizado por educadores e pais para conscientizar as crianças sobre como é possível navegar pela rede de forma segura. O passatempo foi lançado durante o evento Dia da Internet Segura, que foi realizado entre ontem (11) e hoje (12) na capital paulista. “O objetivo desse jogo é criar momentos lúdicos e divertidos de aprendizagem sobre o uso seguro e responsável da internet. Com dicas sobre segurança online, o jogador irá se deparar com situações positivas e negativas envolvendo tecnologia”, explicou Miriam von Zuben, analista de segurança do CERT.br, em entrevista à Agência Brasil. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Tarifas de Trump terão impacto limitado nas exportações, diz Fazenda

Poder Executivo | 13/02/2025 – 14h15min

A SPE (Secretaria de Política Econômica) do Ministério da Fazenda disse na 5ª feira (13.fev.2025) que as tarifas de 25% de importação sobre ferro, aço e alumínio nos Estados Unidos devem “exercer impacto limitado nas exportações brasileiras”. Segundo a equipe econômica, as exportações dos produtos ao país norte-americano corresponderam a 1,9% do total exportado pelo Brasil em 2024. Apesar disso, as vendas aos EUA correspondem a 40,8% do total do valor de ferro, aço e alumínio, como antecipou o Poder360. “Tarifas de 25% sobre importações de produtos de ferro, aço e alumínio devem ter impactos relevantes na indústria de metalurgia, porém limitados no total das exportações e no PIB brasileiro”, declarou. A Fazenda divulgou na 5ª feira (13.fev) o [relatório](#) “2024 em retrospectiva e o que esperar para 2025”. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Fazenda reduz projeção do PIB 2025 para 2,3% e vê inflação em 4,8%

Poder Executivo | 13/02/2025 – 14h09min

O Ministério da Fazenda revisou de 2,5% para 2,3% a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2025. Além disso, a pasta projeta estabilidade da inflação para 2025, em 4,8%, impactada por efeitos defasados da depreciação cambial e inércia. Os números foram divulgados pela Secretaria de Política Econômica (SPE). A pasta não detalhou qual o indicador de inflação. De acordo com o Ministério da Fazenda, a revisão para baixo na projeção para o crescimento do PIB foi fruto “do aumento na taxa de juros básica” e do “cenário conjuntural externo”. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

Dino autoriza operação que apura desvio de emenda parlamentar

Poder Judiciário | 13/02/2025 – 13h02min

A Polícia Federal (PF) deflagrou na quinta-feira (13) a Operação EmendaFest, que apura fraudes no repasse de emenda parlamentar destinada a um hospital no Rio Grande do Sul. A ação foi autorizada pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que citou “consistentes indícios de desvios de recursos públicos”, equivalentes a 6% dos valores repassados. Dino autorizou os mandados de buscas e apreensão cumpridos na quinta-feira pela PF, bem como ordenou o bloqueio de bens e o afastamento de função pública de dois investigados. O caso envolve repasse ao Hospital Ana Nery, no município de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, com desvios, que até o momento, superam os R\$ 500 mil pagos em propina, segundo as investigações. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Após bloqueio, solução para emendas deve passar por ministérios e reforçar papel do governo na negociação de verbas

Poder Executivo | 13/02/2025 – 03h52min

Deputados e senadores vão pressionar o governo com o objetivo de redirecionar o valor que foi bloqueado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino em emendas de comissão no ano passado. A solução que vem sendo desenhada por governistas e técnicos do Congresso Nacional passa pela distribuição de emendas sob controle do Executivo, as chamadas RP2, e abre margem para reforçar o poder de negociação do governo diante do Legislativo. Se isso ocorrer, as pastas serão responsáveis pela indicação e execução dos recursos, sem a identificação de quem fez os pedidos iniciais. Esse tipo de verba não é de pagamento obrigatório e os parlamentares, em tese, teriam que solicitar os recursos individualmente. No caso das emendas de comissão, que também não tinham pagamento obrigatório, as indicações partiam originalmente dos parlamentares. O

Palácio do Planalto e líderes governistas confirmam que o desenho para contemplar os parlamentares que “perderam” recursos deve ser por meio dessa modalidade. A avaliação de técnicos e parlamentares é que essa mudança reforça o papel do Executivo na mesa de negociações. O valor da verba dos ministérios não precisa ser determinado em orçamento, cabendo o uso das sobras de recursos das despesas discricionárias para a negociação com parlamentares. Ou seja, o governo pode pagar o quanto quiser dentro da modalidade, desde que esteja no limite das despesas discricionárias. A previsão de técnicos legislativos a par do relatório da Lei Orçamentária Anual (LOA) é que as sobras podem chegar a R\$180 bilhões neste ano. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Presidente do Senado se compromete em ajudar governo 'em tudo', após Lula entregar promessas no Amapá

Poder Legislativo | 13/02/2025 – 14h20min

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), fez um forte aceno ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao participar, na quinta-feira (13), de um evento do governo federal no Amapá, Estado que é berço eleitoral de Alcolumbre. Em discurso durante a cerimônia, o parlamentar disse que seu compromisso à frente do Congresso é ajudar Lula "em tudo" que o governo "desejar". "O povo escolheu Lula para governar o Brasil, o povo do Amapá e o Senado me escolheram para liderar o Congresso. Então, meu compromisso é ajudar em tudo que o senhor deseje, presidente Lula", disse Alcolumbre. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Hugo Motta afirma que comissões serão definidas após o carnaval

Poder Legislativo | 13/02/2025 – 11h20min

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que as comissões permanentes e especiais serão instaladas apenas depois do carnaval e que os líderes estão debatendo as indicações de cada partido. A Câmara vai instalar uma comissão especial para discutir propostas de mudanças no código eleitoral brasileiro. Um dos temas que estarão nas mesas de debate é a possibilidade de o país ter o voto distrital misto para eleições de deputados, que combina regras do voto distrital, com o voto em listas fechadas. A proposta é do ex-senador José Serra e tramita na Câmara desde 2017. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

PL quer presidir 6 comissões em 2025: “Não abrirei mão”, diz líder

Poder Legislativo | 13/02/2025 – 06h

O líder do PL (Partido Liberal) na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), disse que vai pleitear a presidência de 6 comissões permanentes da Casa Baixa, mas que a definição ficará para depois do carnaval. O deputado carioca disse em entrevista ao Poder360 que os espaços são garantidos ao PL pelo Regimento Interno por se tratar da maior bancada da casa. Disse não haver “qualquer” acordo feito para a eleição do presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) que determine o contrário. “Regimentalmente, o PL tem direito a 6 comissões. E a ordem das pedidas também é regimental. A 1ª e a 2ª pedida são do PL e depois a 3ª da Federação PT, PC do B, PV, (...) Eu não abrirei mão do que o Regimento me dá direito, até porque não houve nenhum tipo de acordo na eleição do presidente Hugo Motta para a definição dessa ou daquela comissão”, disse. O Poder360 apurou que, internamente, o partido fala nas comissões da Saúde; Relações Exteriores e Defesa Nacional; Agricultura, Mista de Orçamento e Segurança Pública. Durante a entrevista, disse que vai pedir as “melhores comissões” para ampliar a visibilidade da legenda. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Presidente da CPI das Bets defende melhor identificação de apostadores

Poder Legislativo | 12/02/2025 – 17h45min

A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda divulgou, na segunda-feira (10), que vai criar uma plataforma digital para centralizar os dados das pessoas que são excluídas ou proibidas de apostar e de pessoas que, por vontade própria, não querem participar nem receber avisos ou publicidade de bets. No entendimento do presidente da CPI das Bets, senador Dr. Hiran (PP-RR), além da questão do cadastro, é necessário discutir mecanismos de detecção da eficácia da iniciativa nas redes. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Sidônio encomenda campanha de balanço de Lula 3 sem comparativo com gestão Bolsonaro

Poder Legislativo | 12/02/2025 – 16h

O ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, Sidônio Palmeira, corre para pôr no ar a próxima propaganda do governo Lula. Desde que chegou ao cargo, as campanhas foram só para apagar incêndios, como no caso do Pix. Agora, o publicitário quer apresentar um balanço de ações da gestão Lula 3. Mas sem fazer comparativo com o governo Jair Bolsonaro. Na segunda-feira, 10, Sidônio apresentou, às quatro agências que fazem campanhas para o governo, um resumo do que as peças devem abordar. Se tratasse de paralelos com o governo anterior, além do risco de ficar novamente à rebote dos bolsonaristas, até promoveria seu principal adversário, observam interlocutores. Nas avaliações internas, a equipe do presidente Lula tem ciência de que seus opositores se comunicam melhor e engajam mais nas redes. Para as agências o desafio é grande. O Lula 3 tem sido marcado por uma série de produtos requintados, o que dificulta a apresentação de balanços. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)